

BIBLIOTECA
DO
CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série
Diplomacia
ao alcance
de todos



25

Coleção Divulgação – INCENTIVO À LEITURA - Distribuição gratuita

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL
DA SAÚDE - OMS



Mariangela Rebuá de Andrade Simões é diplomata de carreira e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Columbia, Nova York. Participou da Iniciativa sobre Saúde Global e Diplomacia no âmbito da Organização Mundial da Saúde.

Revisão: Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG

Arte, impressão e acabamento:

Thesaurus Editora de Brasília

SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738

Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Editores: Jeronimo Moscardo e Victor Alegria

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.** SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 – Fax: (61) 3344-2353 *End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br – Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

SAÚDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: NOVOS DESAFIOS

Assiste-se, atualmente, a uma rápida expansão de doenças que ultrapassam as fronteiras e afetam número elevado de pessoas. O caso da gripe H1N1 é exemplo recente dos riscos contemporâneos associados a um mundo em processo acelerado de globalização. O risco, ao ser a contrapartida do progresso, tem-se amplificado com o desenvolvimento da sociedade industrial e pós-industrial, acrescentando novos riscos aos já existentes. Trata-se, portanto, do desafio de lidar com o risco do risco.

O tratamento dos temas de saúde no nível internacional passou a ter maior relevância política no início do século XX. O termo “saúde internacional” começou a ser mais empregado a partir dessa época. No final da Primeira Guerra Mundial, a Sociedade das Nações criou seu Co-

mitê de Higiene que, mais tarde, deu origem à Organização Mundial da Saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS)

A Organização Mundial da Saúde (OMS), fundada em 7 de abril de 1948, é uma agência especializada em saúde subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Genebra, na Suíça. A Diretora-Geral é, desde novembro de 2006, a chinesa Margaret Chan (www.who.org). No nível regional, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) funciona como escritório da OMS para as Américas. A OPAS é a organização internacional mais antiga na área de saúde, criada em 1902. Originou-se do Escritório Sanitário Pan-americano.

O Brasil é membro-fundador da OMS e já ocupou a Direção-Geral do órgão, durante vinte anos, com o Dr. Marcolino Landau (1953-1973). Com relação à OPAS, foi presidida durante doze anos (1993-1995) pelo Dr. Carlyle Guerra de Macedo e conta com número significativo de especialistas brasileiros.

Na OMS ressalta-se o protagonismo brasileiro nas questões de HIV/AIDS, reflexo do êxito da política nacional de HIV/AIDS; nas negociações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, conseqüência, igualmente, da reconhecida efetividade da legislação brasileira de controle do tabaco, entre outros.

A Constituição da OMS, define a *saúde* como “*estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade*”. Esta definição deixa claro que os temas de saúde não são mais apenas assunto técnico, médico-sanitário, como eram antes da criação da OMS, mas sim se vinculam a diversos aspectos da vida humana – sociais, econômicos, meio-ambiente, dentre outros.

A saúde como tema das relações internacionais

Até a década de 90, utilizava-se o termo “saúde internacional” para os fenômenos ligados à saúde em diversos países com reflexos no nível internacional. A partir de então, as agências

internacionais têm utilizado o termo “saúde global” para eventos que afetam diversos países e suas populações ao mesmo tempo.

O atual processo de globalização muda a natureza das interações humanas (novas tecnologias, Internet, meios de transporte) e redefine essas interações no espaço, no tempo e nos hábitos. Espacialmente, os novos meios de comunicação facilitam a rápida expansão de doenças e podem provocar o aparecimento de novas. Temporalmente, fenômenos, tais como, a destruição do meio ambiente, mudança climática, resíduos industriais e não-industriais, qualidade dos alimentos, entre outros, aceleram também as causas que impactam a saúde humana.

As questões de saúde afetam e são igualmente afetadas por diversa gama de setores: segurança do trabalho; poluição ambiental; educação sanitária; infra-estrutura de saneamento básico; comércio de produtos animais, vegetais e processados etc.

Muitos países em desenvolvimento estão em desvantagem no processo de globalização - quanto maior a pobreza, mais vulneráveis se

encontram, pois não contam com os recursos financeiros, tecnológicos e humanos para fazer face aos desafios de novas doenças.

Há, ainda, o avanço de doenças resultantes de hábitos adquiridos com estilos de vida criados pela sociedade contemporânea.

A utilização do termo “saúde global” reflete uma concepção de mundo que considera como principal ator as populações afetadas, sem levar em conta os países envolvidos em determinado fenômeno. Apesar desta concepção prevalecer atualmente em muitos textos internacionais, as iniciativas de melhoria de condições de saúde e de prevenção de doenças para as populações somente podem ser efetivas se resultarem de políticas públicas aplicadas pelos países e, quando necessário, fazer parte de articulação regional. Tais medidas são fundamentais para que se possam diminuir os riscos associados ao aparecimento de novas doenças.

As novas pandemias

O conceito moderno de *pandemia* é o de uma epidemia de grandes proporções, que se espalha para vários países e para mais de um continente. Exemplo clássico é o da chamada “gripe espanhola”, que se seguiu à 1ª Guerra Mundial, nos anos de 1918-1919, causando a morte de cerca de 20 milhões de pessoas em todo o mundo.

A OMS tem tratado problemas globais de saúde como “ameaças à estabilidade e segurança mundiais”. Deve-se cuidar, no entanto, para que situações de emergência de saúde pública não sejam usadas para justificar intervenção externa nos países. O Regulamento Sanitário Internacional adotado na OMS deve ser o marco jurídico para guiar essas ações – trata-se de instrumento internacional que prevê medidas a serem adotadas pelos Estados em conjunto com a OMS com o objetivo de prevenir a propagação transfronteiriça de doenças contagiosas.

HIV/Aids

O tratamento político do combate ao HIV/Aids nos foros internacionais é exemplo da intersetorialidade dos temas de saúde e conta com a participação de diferentes atores da sociedade civil, sobretudo de representantes de grupos vulneráveis (homossexuais; transexuais; transgêneros; trabalhadores do sexo; usuários de drogas). Países com políticas transparentes e realistas de combate à epidemia (como o Brasil, por exemplo) têm recebido apoio desses grupos para a defesa da necessidade de utilização de preservativos para a prevenção com a participação da sociedade civil na implementação de políticas nacionais de combate ao HIV/Aids, além da garantia do acesso universal à prevenção e ao tratamento da doença.

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) foi instituído em 1994, com o objetivo de promover e assegurar resposta coordenada das agências das Nações Unidas a essa pandemia. Na Declaração do Milênio os países se comprometeram a estacionar

e reverter a disseminação da epidemia de HIV/ Aids até 2015. O desafio atual é o de garantir recursos adicionais para o alcance da meta de prevenção, assistência e tratamento com acesso universal até 2010. Para tanto, é necessária a redução dos custos dos medicamentos anti-retrovirais.

Quanto ao acesso aos medicamentos anti-retrovirais para tratamento da doença, trava-se longo embate com empresas farmacêuticas multinacionais para reduzir o preço desses medicamentos. Uma das possibilidades do Governo é lançar mão da chamada licença compulsória - quebra de patentes por necessidade de saúde pública. Esse poderoso instrumento dos países em desenvolvimento, muito defendido pelo Brasil, emana da Declaração de Doha sobre Saúde Pública da Organização Mundial do Comércio.

“Gripe Aviária” e Influenza Humana H1N1

No século XX, ocorreram quatro pandemias de influenza: a Gripe Espanhola de 1918,

com impacto importante na mortalidade, a Gripe Asiática de 1957, a Gripe de Hong Kong de 1968 e a Gripe Russa de 1977. Essas três últimas tiveram impacto maior na morbidade do que na mortalidade, sendo esta última considerada uma “pandemia benigna”, pelo baixo impacto na saúde das populações.

A expansão da gripe aviária e da influenza H1N1 tem grande visibilidade na mídia internacional pela possibilidade de rápida propagação em escala global. Está-se diante, novamente, de desafios globais cujo tratamento requer esforço concentrado de cooperação internacional. No âmbito da OMS e no nível regional, os países se coordenam para adotar ações comuns de caráter emergencial e evitar a propagação dessas doenças. Estão em operação estratégias de cooperação internacional para enfrentar a influenza aviária e humana e minimizar os efeitos de uma pandemia de influenza humana por vírus altamente patogênico. A OMS realiza acompanhamento diário da expansão da Gripe H1N1 no mundo, especialmente pelo sistema de “Alerta de Surtos” (“*Outbreak Alert*”).

O avanço das doenças da civilização

As doenças crônicas constituem, em todo o mundo, a principal causa de mortalidade e incapacidade, afetando cada vez mais tanto os países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Tal fato decorre de mudanças de hábitos alimentares, dos níveis de atividade física e do tabagismo, como resultado da industrialização, da urbanização, do desenvolvimento econômico e da globalização crescente do mercado de alimentos.

As doenças não-transmissíveis são responsáveis por cerca de 60% das mortes em escala mundial, das quais 66% ocorrem em países em desenvolvimento. Doenças não transmissíveis, como diabetes, obesidade, câncer, doenças respiratórias e cardiovasculares são responsáveis por 59% das 57 milhões de mortes que ocorrem anualmente no mundo, e por 46% da carga global de doenças. Obesidade, hipertensão arterial, colesterol elevado, consumo de álcool e de tabaco, independentemente ou combinados, são as principais causas dessas doenças. Segundo a

Federação Internacional de Diabetes, o diabetes *mellitus* está em crescimento. Para 2010, estima-se que o número de afetados chegue a 40 milhões, sendo a metade na América Latina e Caribe.

Com relação ao tabagismo, a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco é o primeiro tratado internacional de saúde pública, adotado na 56ª Assembléia Mundial da Saúde, em maio de 2003. Fixa padrões internacionais para o controle do tabaco relacionados à propaganda e ao patrocínio, à política de impostos e preços, à rotulagem, ao comércio ilícito e ao tabagismo passivo.

Os novos desafios

A característica intersetorial da saúde tem se amplificado e ramificado, influencia e afeta diversas áreas de atividades – econômico-comercial; social e política. Os temas de saúde estiveram presentes em todas as conferências sociais da década de 1990. Dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cinco estão diretamente ou indiretamente ligados à saúde.

O avanço das doenças e a crescente inter-setorialidade da saúde, com conseqüências econômicas e políticas, são alguns dos grandes desafios para o tratamento dos temas da saúde nas relações internacionais. Esses temas deverão, no futuro, continuar a exigir grande esforço diplomático para equilibrar as necessidades de saúde pública com os interesses econômicos, sociais e políticos nas negociações internacionais.

PARA SABER MAIS

AMESTOY ALONSO, José. *Aproximación al estudio del subdesarrollo, globalización, pobreza y hambre em el mundo*, Murcia, Cartagena, Universidad Nacional de Educacion a Distancia (UNED), Centro Regional de la UNED, 2004, pags.15,16.

Lee, Kelley; Buse, Kent; and Fustukian, Susanne- *Health Policy in a Globalising World*. Cambridge University Press, 2002, Cambridge.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005: Cooperação Internacional numa Encruzilhada. Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo De-*

signal. ANA PAULA FARIA EDITORA, Unipessoal, Lda, Lisboa, 2005.

SIMMONS, P. J.; OUDRAAT, Chantal de Jonge. *Managing Global Issues. Lessons Learned*. Washington, DC, Carnegie Endowment for International Peace Press, 2001

United Nations – General Assembly- A/60/736- *Declaration of Commitment on HIV/Aids: five years later. Report of the Secretary-General*. 24 March, 2006.

World Health Organization, *The World health report 2007: a safer future: global health security in the 21st century*. WHO Press, 2007, Geneva.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br